

Função pública. Três sindicatos propõem aumento salarial para o ano

Sindicatos querem mais 3,5% em 2008

Está aberta a negociação salarial no Estado

ANTÓNIO PEREZ METELLO

Três estruturas sindicais reivindicam aumentos de salários e pensões na função pública de 3,5% para 2008. Trata-se do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), filiado na UGT, o Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) e o Sindicato Nacional e Democrático dos Professores, ambos independentes, que justificam o valor reivindicado com a inflação esperada pelo Banco de Portugal (2,3%), somada aos ganhos de produtividade esperados para a economia em 2008 (1,2%).

Ao apresentar a proposta, Bettencourt Picanço, presidente do STE, referiu igualmente a necessidade da reposição do poder de compra, da competitividade e da equidade salarial

10,3 por cento

É o máximo que terão perdido em poder de compra os funcionários públicos desde 2000

com o sector privado da economia, bem como a sempre adiada aproximação aos níveis remuneratórios europeus. Mesmo ultrapassada a fase do congelamento salarial de 2003/2004, a queda do poder de compra continuou, segundo estudo igualmente apresentado pelos sindicatos (*ver caixa*). Em 2006/2007, as actualizações salariais de 1,5% voltaram a ficar aquém da inflação efectiva

Além de matérias pecuniárias, o

presidente do STE manifestou a sua preocupação com o futuro dos serviços públicos, tendo em conta a reestruturação em curso, que precariza as condições de trabalho, extingue serviços e cria um novo regime de vínculos, carreiras e remunerações, aprovado na generalidade na Assembleia da República.

Desconhecem-se, ainda, a nova grelha salarial única e os futuros ní-

veis remuneratórios, o que causa a maior interrogação entre os funcionários do Estado. Todos estes aspectos, que o Governo quer ver efectivos já em 2008, ainda precisam de ser regulamentados.

Estas três estruturas sindicais são as primeiras a apresentar propostas salariais para o próximo ano. Os sindicatos agrupados na Frente Comum, integrada na CGTP/Intersindical, encontram-se em pleno processo de discussão interna preparatório da reunião cimeira a realizar no próximo dia 14 de Setembro, da qual sairá um caderno reivindicativo comum. Segundo fonte da Frente Comum, a proposta a apresentar ao Governo vai ser muito abrangente quanto aos diversos aspectos pecuniários e não pecuniários que, no entender da central, têm vindo a degradar o nível de vida dos seus associados. O aspecto central deverá ser a inversão de tendência de perda do poder de compra nos últimos anos, que, segundo cálculos efectuados por economistas da CGTP se terá cifrado em 9,6%.

Ponderando todos os aspectos relevantes para o nível de vida dos funcionários públicos – que se vão confrontar em 2008, pela primeira vez, com novos princípios e enquadramentos remuneratórios, segundo a fonte da Frente Comum, contactada pelo DN –, o valor dos aumentos a reivindicar deverá rondar os 5%, com toda a probabilidade.

Pedida uma reacção ao ministério das Finanças sobre as primeiras reivindicações salariais apresentadas pelos sindicatos, até ao fecho desta edição não houve resposta. Recorde-se que o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) prevê aumentos anuais de 2% até 2009. ■

PERDAS EM SETE ANOS

Desde 2000 os funcionários públicos acumularam perdas de poder de compra

Os três sindicatos – STE, STI e SINDP – apresentaram as conclusões de um estudo, segundo o qual, entre 2000 e 2007, a perda do poder de compra dos salários na função pública atingiu os 10,3%. Isto para quem viu os seus salários (superiores a 1000 euros) congelados em 2003/2004, chegando a cerca de 7% para os restantes.

No caso dos aposentados, as actualizações diferenciadas por escalões de rendimento produziram uma perda do poder de compra entre 1% e 2,5%.

Os sindicatos chamam a atenção para o facto das medidas restritivas do lado da despesa pública se concentrarem nos salários dos funcionários, enquanto, segundo os seus cálculos, a aquisição de serviços externos deverá aumentar 19,1%, subindo o seu peso para 2,2% da despesa do Estado.